



SILVEIRA FILHO, J da. Inflação e salário: ganhos e perdas. **Janela Econômica**, Curitiba, ano 12, nº 5, jul, 2017. **ISSN 2358-3525**

Inflação e Salário Mínimo: ganhos e perdas

José da Silveira Filho

A inflação afeta generalizadamente a economia. Atinge o capital e o trabalho. No primeiro, torna nebuloso o processo de cálculo de lucro no longo prazo. Dificulta a projeção do retorno de um investimento. No segundo, distorce o salário, lançando dúvidas sobre o quanto este poderá comprar. O salário é de especial importância. Mede o quanto vale a capacidade da força de trabalho em produzir mercadorias e serviços. Isso equivale ao preço da mão de obra, por quanto será negociada. É o componente mais significativo do custo de produção. Define também o quanto os trabalhadores poderão comprar das próprias empresas para constituir um fluxo econômico. O fluxo principal é dado pelas aquisições das famílias em produtos de consumo de subsistência, tanto de mercadorias perecíveis quanto duráveis. Quanto maior sua magnitude maior a quantidade vendida e a possibilidade de realização de lucros do lado do capital. A compra das famílias é a venda das empresas produtoras de mercadorias salário. E é justamente esta variação na quantidade adquirida para mais ou para menos que ora pode desatar um processo de expansão ora de retração. Então surgem os ciclos econômicos que o cidadão comum conhece como os anos de vacas magras e os anos de vacas gordas tal qual a narrativa do Gênesis. A inflação interfere na capacidade aquisitiva do salário, por conseguinte na formação do lucro e por derradeiro na dimensão do investimento.

Houve um período na economia brasileira que sequer havia um salário mínimo. O trabalho já era assalariado. Desenvolvia-se nas grandes fazendas voltadas à exportação de gêneros alimentícios e matérias-primas industriais, espalhadas pelo país, as quais dominavam o cenário produtivo e nas fábricas já instaladas e em operação, concentradas nos grandes centros urbanos com destaque para o eixo Rio-São Paulo. Esse período foi batizado de Primeira República ou República Velha. Durou de 1889 até 1930. Foi nessa etapa que nem havia a definição de um salário mínimo, as empresas pagavam conforme o objetivo de maximização de lucro, sem estabelecimento de duração de jornada de trabalho em que se laborava até domingo ao meio dia. E os trabalhadores deviam a isso se contentar. O Brasil havia a recém deixado a escravidão, porém a mentalidade escravocrata não havia abandonado o modo de pensar dos homens. Os trabalhadores eram vistos com os olhos da dócil servilidade, da obediência sem reclamação. Mesmo não existindo mais a escravidão no papel, o espírito de comandar uma senzala como trato do ser humano não havia se dissipado. Fazia parte do modo de entender dessa época. Em especial, a maior indústria de todas, a tecelagem, tivera origem nas grandes fazendas com a presença de trabalho escravo. A indústria têxtil nasce como um desdobramento das necessidades das fazendas.

Somente em 1938, no Governo Vargas, foi estabelecido um salário mínimo e ainda por cima regulamentado via decreto lei nº 399, para fixar sem distinção de sexo, a

remuneração de um trabalhador em idade adulta no intuito de satisfazer as suas necessidades de alimentação, transporte, vestuário, higiene e habitação. Em verdade, o salário mínimo estipulava um padrão mínimo de consumo para a economia de tal forma que ela pudesse se expandir até com maior segurança. A definição de um salário piso, abaixo do qual, pelo menos no texto da lei, não se podia pagar, assegurava um paradigma de civilização ao capitalismo brasileiro. Por isso, o salário mínimo é tão relevante. Dizer que há um patamar de exploração limite a partir do qual as condições de vida são consideradas desumanas. Desta feita, mesmo o cristianismo defende uma melhor distribuição dos frutos do trabalho, uma pregação simples de entender, de dizer, difícil de colocar na prática dos homens que não se veem como iguais.

Por intermédio de estudo por recenseamento e de informações de salários, as Comissões do Salário Mínimo, instituídas antes do decreto 399, organizaram também uma lista de 13 gêneros alimentícios com suas atinentes quantidades a fim de compor uma cesta básica de alimentos nacional e por região. Deveria ser suficiente para o sustento e bem estar de um trabalhador adulto, com as calorias, minerais e proteínas de que carecia no mês. Assim era a cesta básica nacional: Carne (6kg); Leite (15l); Feijão (4,5kg); Arroz (3,0); Farinha (1,5); Batata (6,0kg); Legumes (Tomate) (9,0kg); Pão francês (6,0kg); Café em pó (600gr); Frutas (Banana) (90 unidades); Açúcar (3,0 kg); Banha/Óleo (1,5kg); Manteiga (900gr). Alerte-se de bom conselho que nada disso existia antes como regra a cumprir. O trabalhador comprava o que conseguia e ganhava o que os patrões lhe consideravam de utilidade. Consistiu um período palco de grandes lutas e greves dos operários fabris urbanos por melhores condições de vida. Em 1917, a legislação permitiu 15 dias de férias aos trabalhadores. Os patrões nunca a respeitaram. As demissões era sumárias, sem direito a nada. Na República Nova, a partir de Vargas, foi necessário um decreto, portanto com força coercitiva para os trabalhadores terem acesso pelo menos a um padrão básico de alimentação, de garantia de vida. E desde aqueles idos até hoje, esse mesmo elenco de produtos essenciais permanece intacto sem ter sido modificado em sua natureza.

Apresentados nossos protagonistas, a inflação e o salário mínimo, e escolhido para o cômputo o método de números índices na intenção de compará-los entre si, agora podem ser mensurados os ganhos e as perdas do salário mínimo nacional frente a frente um apropriado indicador de preços, no caso o IPCA. Escolheu-se período bem recente, entre 1994 e 2010, e qualquer outro poderia ter sido, em que são examinados os governos: FHC e Lula. Com os dois indicadores, em apoio de alguns outros, consegue-se extrair consistentes hipóteses e conclusões sobre a eficiência das políticas econômicas dessas gestões.

QUADRO 1 – GOVERNO FHC

	NI IPCA	NI Sal Mín	Ganho %
1994	100,00	100,00	0,00
1995	122,41	142,86	16,70
1996	134,11	160,00	19,30
1997	141,11	171,43	21,48
1998	143,46	185,71	29,46
1999	156,28	194,29	24,32
2000	165,61	215,71	30,25
2001	178,31	257,14	44,21
2002	200,66	285,71	42,39

Elaboração do Autor

QUADRO 2 – GOVERNO LULA

	NI IPCA	NI Sal Mín	Ganho %
2002	100,00	100,00	0,00
2003	109,30	120,00	9,79
2004	117,61	130,00	10,54
2005	124,30	150,00	20,68
2006	128,20	175,00	36,50
2007	133,91	190,00	41,89
2008	141,81	207,50	46,33
2009	147,92	232,50	57,18
2010	156,65	255,00	62,79

Elaboração do Autor

Como se pode perceber, há uma recuperação do salário mínimo em relação à inflação nos dois governos. Começa com FHC e prossegue com Lula. No primeiro, o ganho acumulado atinge 42,39%. No segundo, alcança 62,79%. Os dois estão proporcionando elevação do consumo nas camadas mais pobres dos trabalhadores e isto constitui condição de estímulo ao crescimento econômico haja vista que o consumo das famílias é o grande propulsor da economia. Observa-se uma inflação maior em FHC e menor em Lula o que pode ajudar a compreender o consumo menor no primeiro e maior no segundo.

TABELA 2 – PIB REAL: FHC x LULA

	PIB REAL %		PIB REAL %
1995	4,22	2003	1,10
1996	2,66	2004	5,70
1997	3,27	2005	3,20
1998	0,13	2006	4,00
1999	0,79	2007	6,10
2000	4,36	2008	5,20
2001	1,42	2009	-0,30
2002	1,52	2010	7,50
Acumulado	19,82	Acumulado	37,21

FONTE: Conjuntura Econômica, FGV, dez 2003 e dez 2011.

Nessa analogia, o crescimento econômico foi quase o dobro no Governo Lula. É o fato constatado. Mas, requer explicação não apenas superficial. Deve-se ao simultâneo declínio da inflação e à elevação do consumo como fácil se deduz. O que não se indica aqui é o que levou à queda na inflação nem à substancial elevação do consumo. Se os dois estão intimamente correlacionados em incentivo mútuo ou se há outros explicativos que aparecem para se somar. Quer dizer, estudos adicionais podem ser empreendidos. A relevância do paralelo entre inflação e Salário Mínimo é terem servido como semente de todo um estudo que pode ser desdobrado mais adiante. Este já se presta a parâmetro para avaliar o sucesso de políticas econômicas e seus respectivos governos, longe da paixão das opiniões e rente ao exame dos fatos econômicos.

REFERÊNCIAS

Conjuntura Econômica, dez 2003, p. XIX e dez 2011, p. XIX.

Metodologia da Cesta Básica de Alimentos – DIEESE. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>>. Acesso em: 11/07/2017.

FILELLINI, A. **Contabilidade social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 33-35.

MEIRELLES, D. **As noites das grandes fogueiras**: uma história da Coluna Prestes. Rio de Janeiro: Record, 1995, p. 74-75.

MONTORO FILHO, A. F. **Contabilidade social**: uma introdução à macroeconomia. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 35-45 .

A **JANELA ECONÔMICA** é um espaço de divulgação das ideias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Ciências Econômicas das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores, e as ideias nele inseridas não necessariamente refletem o pensamento do curso.